



Interpelação Escrita

A Lei do orçamento para o ano de 2018 demonstra que as despesas vão atingir cem mil e noventa e seis milhões de patacas. Nos últimos anos, o Governo tem sido mais transparente nas suas despesas, divulgando anualmente a respectiva taxa de execução, contudo, os residentes continuam a ter muitas dúvidas sobre a execução efectiva das despesas, a qualidade dos bens e serviços adquiridos, a eficácia, a justiça das despesas efectuadas, e a resposta dada face às despesas.

Para além disso, alguns dirigentes têm pontos de vista diferentes em relação ao orçamento. Recentemente, um dirigente afirmou que não foi possível reforçar o orçamento da sua tutela e que, por isso, tinha sido necessário efectuar uma transferência de verba, no entanto, a taxa de crescimento do orçamento aumentou imenso em algumas tutelas.

Podemos reparar que a Lei de enquadramento orçamental reforçou as competências da Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) no âmbito da autorização e fiscalização efectiva do orçamento, contudo, ainda não se conseguiu dissipar as dúvidas dos residentes, e também existem diferentes pontos de vista no seio da administração pública quanto às questões da transparência e da execução, em pormenor, do orçamento.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Actualmente, a DSF exige aos serviços públicos a apresentação de um plano anual do qual constem os pressupostos e objectivos a concretizar,



nos casos quer de novos planos específicos quer de aumento do valor do orçamento. A Administração vai aumentar a transparência na divulgação destas informações, com vista a que a sociedade possa ficar mais esclarecida sobre as despesas orçamentais?

2. A Administração quer proceder a uma fiscalização contínua - “prévia, durante e posterior” - ao orçamento das empresas públicas. Na minha opinião, deve implementar-se esta medida e aplicar as respectivas experiências nos diversos serviços públicos. Isso vai ser feito?

3. A Administração quer construir uma cidade inteligente, então também deve construir um sistema “orçamental inteligente”, nomeadamente, uma rede de fiscalização interdepartamental das despesas do orçamento, com vista a que a tutela possa fiscalizar os orçamentos dos respectivos serviços públicos, bem como criar uma interligação informática para analisar a eficácia das despesas nas diversas rubricas. Vai fazê-lo?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Si Ka Lon

19 de Janeiro de 2018